



Fórum Brasileiro
de Economia Solidária

Rumo à V Plenária Nacional de Economia Solidária

*“Economia Solidária: o bem viver, a cooperação e a autogestão
para um desenvolvimento justo e sustentável”*

Documento 2:
*Questões Orientadoras para as Plenárias Locais
e Estaduais*

Comissão Organizadora Nacional
fevereiro de 2012

Rumo à V Plenária Nacional de Economia Solidária

“Economia Solidária: o bem viver, a cooperação e a autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”

Documento 2:

Questões Orientadoras para as Plenárias Locais e Estaduais

Estamos chegando do chão da oficina,
estamos chegando do som e das formas,
da arte negada que somos,
viemos criar.

Estamos chegando do alto dos morros,
estamos chegando da lei da baixada,
das covas sem nome chegamos,
viemos clamar.

Estamos chegamos do chão dos quilombos,
estamos chegando no som dos tambores,
dos Novos Palmares nós somos,
viemos lutar.

(Milton Nascimento)

Índice do Documento 2

1. Apresentação e Objetivos.....	3
2. Retomando a nossa caminhada e contextualizando a V Plenária do movimento de Economia Solidária no Brasil.....	5
3. Questões para debate.....	7
3.1. Orientação política do movimento.....	7
3.1.1. Texto de introdução.....	7
3.1.2. Questões para debate nas Plenárias Locais.....	12
3.1.3. Questões para debate na Plenária Estadual.....	12
3.2. Orientação das ações do movimento.....	14
3.2.1. Texto de introdução.....	14
3.2.2. Questões para debate nas Plenárias Locais e Temáticas.....	15
3.2.3. Questões para debate na Plenária Estadual.....	16
3.3. Organicidade do Movimento.....	16
3.3.1. Texto de introdução.....	16
3.3.2. Questões para debate nas Plenárias Locais.....	17
3.3.3. Questões para debate na Plenária Estadual.....	17

1. Apresentação e Objetivos

Estamos novamente em marcha, na construção e no fortalecimento da Economia Solidária no Brasil. Vamos, todos/as, militantes da economia solidária, seguir rumo à V Plenária Nacional da Economia Solidária!

Em 2008, a IV Plenária, definiu o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como “um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária” em nosso país.

É a partir desta identidade que o FBES convida seus integrantes e todo o movimento de economia solidária no Brasil para construir coletivamente a V Plenária Nacional de Economia Solidária cujo tema é "**Economia Solidária: o bem viver, a cooperação e a autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**".

Nossa intenção é aprofundar o debate acerca da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como opção de organização popular e luta emancipada das/os trabalhadoras-es associadas-os. A economia solidária é, assim, uma proposta transversal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para a transformação do modelo capitalista.

A V Plenária Nacional de Economia Solidária, foi lançada durante a X Reunião da Coordenação Nacional¹ do FBES, em agosto de 2011. Naquele momento se definiram tema, objetivos, agenda e os eixos prioritários. A Coordenação Executiva do FBES, definida pela Coordenação Nacional como Comissão Organizadora Nacional, dá a continuidade à preparação da V Plenária.

A perspectiva é que a preparação da V Plenária, com etapas em todo o território nacional, possa fazer confluir ideias, debates e proposições num documento-base à Plenária Nacional que refletirá os debates e novas questões oriundas das Plenárias Locais e Estaduais.

As questões apresentadas neste documento são provocadoras do debate e portanto têm o objetivo de facilitar o diálogo em torno dos temas indicados como prioritários pela coordenação nacional, amadurecendo posicionamentos que fortaleçam o movimento de economia solidária no Brasil e fortalecendo suas articulações com outros países. A proposta é que os debates sejam organizados em três dimensões:

- **Orientação política do movimento**
- **Orientação das ações do movimento**
- **Organicidade do movimento**

Ou seja, são 3 blocos que pensam desde as questões mais amplas e gerais sobre nossa perspectiva e horizonte (*orientação política*), em seguida reflete sobre tais diretrizes a partir de ações prioritárias (*orientação das ações*), e por fim, reflitam sobre a estrutura e organização do FBES (*organicidade*).

Partindo do contexto geral (que será apresentado a seguir), e dos nossos acúmulos, a V Plenária tem como principais objetivos:

- Contribuir para a consolidação do movimento de economia solidária, afirmando-o como movimento social contra o capitalismo e por uma nova sociedade e organização social, política e econômica;
- Contribuir para o processo de estruturação e organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária;

¹ Acesse a ata da X Reunião da Coordenação Nacional do FBES em: http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1496&Itemid=216

- Ampliar diálogos, articulações de alianças estratégicas, parcerias e convergências com outros movimentos sociais na construção de uma sociedade justa, solidária, diversa, autogestionária e sustentável.

Para isso, a Comissão Organizadora Nacional apresenta dois documentos de trabalho:

- O **Documento 1** traz as orientações gerais e indicativos metodológicos das Plenárias. Na Orientação Geral são definidos os tipos de plenárias, as condições para a participação em cada uma, a agenda de atividades, atribuições das comissões, etc. E os indicativos metodológicos trazem propostas definidas pela Comissão Organizadora Nacional, para organização dos debates nas plenárias Locais, Estaduais e Nacional.
- O **Documento 2** serve como base para orientar as discussões nas plenárias Locais e Estaduais. Ele apresenta o contexto de realização da V Plenária, com rápido histórico sobre a caminhada do movimento e algumas questões provocadoras para o debate em cada uma das três dimensões.

Desejamos a todas e todos um ótimo trabalho e rico debate!

Comissão Organizadora Nacional

2. Retomando a nossa caminhada e contextualizando a V Plenária do movimento de Economia Solidária no Brasil

As Plenárias são espaços privilegiados de discussão e de definições sobre diretrizes políticas, com o encontro daquelas-es que constroem o movimento de economia solidária em cada canto deste país.

Para que possamos compreender a proposta da V plenária retomamos aqui rapidamente através de uma breve linha do tempo os grandes momentos nacionais já organizadas pelo movimento de economia solidária no Brasil.

2001 (jan)	2002 (dez)	2003 (jan)	2003 (jun)	2004 (ago)	2008 (mar)
Criação do GT Brasileiro de Economia Solidária no I FSM em Porto Alegre	I Plenária Em São Paulo, mais de 200 participantes, Carta ao governo Lula recém eleito para criação da SENAES	II Plenária 800 participantes, coordenada por Paul Singer, criação do FBES, anúncio por Lula da criação da SENAES	III Plenária Mais de 900 participantes, 17 estados, delibera pela articulação e mobilização das bases, carta de princípios, plataforma de lutas, composição e funcionamento do FBES, início do processo de interlocução do FBES com a SENAES	I Encontro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários , mais de 2500 participantes em Brasília, com debates por ramo, levantando pautas, prioridades e dialogando com o governo	

IV Plenária

Realizada em Brasília, em março de 2008, com a participação de 288 representantes das Plenárias Estaduais, além de 32 observadores, totalizando 320 participantes, de todos os estados do país

Processo de preparação - *Caravana Rumo à IV Plenária Nacional* - que consistiu em 5 seminários regionais de formação (120 representantes) para “pessoas-pontes” da coordenação nacional com os estados, Realização de 25 plenárias estaduais e mais de 130 atividades preparatórias envolvendo diretamente mais de 4.000 pessoas.

Principais deliberações – Bandeiras e ações prioritárias (formação, marco legal, finanças solidárias e produção, comercialização e consumo solidários) e natureza, estrutura e forma de funcionamento do FBES.

Além das atividades de âmbito nacional, o movimento de economia solidária realizou inúmeras plenárias locais, estaduais, territoriais. E participou ativamente dos processos de construção da I e II Conferências Nacionais de Economia Solidária, a primeira em junho de 2006 e a segunda em julho de 2010. No processo das duas conferências, atualizamos nossas pautas com o governo e definimos as prioridades para a construção de uma política pública de economia solidária.

Depois do rico e intenso processo da IV Plenária², diversas atividades e iniciativas foram realizadas, muitos fóruns locais foram criados, enraizando nossa organização. Também participamos de inúmeros projetos em parceria com o governo e impulsionamos a criação de diversas leis estaduais e municipais, estando hoje em todo o país somando forças para a lei nacional com a *Campanha pela Lei da Economia Solidária: Iniciativa Popular para um Brasil Justo e Sustentável* (mais informações em <http://www.cirandas.net/leidaecosol>). Fizemos também inúmeras avaliações³

2 Acesse o documento final da IV Plenária Nacional em:

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=746&Itemid=216

3 Acesse o Balanço dos Encontros Regionais do FBES de 2010 em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1415&Itemid=216

deste processo de fortalecer o movimento de economia solidária, e verificamos que é fundamental a parceria e soma de forças com outros movimentos sociais, que tem o mesmo horizonte de lutas e transformações que o nosso.

Em março de 2011, o movimento de economia solidária no Brasil é surpreendido ao saber do envio ao Congresso da proposta de projeto de lei da presidência da república (PL 865) que propunha várias mudanças na institucionalidade da economia solidária no governo. Isto desencadeou uma grande mobilização nacional do movimento que, de forma muito rápida e articulada, organizou diversas manifestações, mobilizações e audiências pelo país. Além disto, tivemos diversos apoios nacionais e internacionais que revelaram um movimento e uma força social organizada. Em apenas 2 meses organizamos e mobilizamos 22 audiências públicas estaduais e uma nacional, em conjunto com o Grito da Terra, no dia 17 de maio de 2011.

A V Plenária ocorre em um momento de maior maturidade do movimento de economia solidária no país, com um fortalecimento da nossa identidade nos últimos anos. A escolha de sua temática está relacionada à conjuntura atual onde se insere o movimento de economia solidária no Brasil, sua organicidade e relação com outros movimentos sociais e com o governo.

Estamos num momento de retomada do crescimento econômico no Brasil, que fortalece o sistema capitalista e este, ao mesmo tempo, se apropria das bandeiras e lutas dos movimentos sociais dando um caráter de responsabilidade social. Mas, reafirmamos: nossas bandeiras e lutas estão voltadas para a promoção de um desenvolvimento justo, democrático e solidário e não se confunde com remendos no sistema hegemônico.

Na V plenária estaremos:

- Refletindo sobre a identidade do movimento social de economia solidária no Brasil. Para tanto é importante debater o significado de ser um movimento social, o que nos une, quais os nossos enfrentamentos, com quais movimentos e atores nos aliamos e de quais nos afastamos.
- Refletindo sobre o nosso projeto político para a sociedade.
- Buscando construir estratégias que nos ajudem a identificar o que e quem contribui para o fortalecimento do nosso projeto político, bem como o que dele nos distancia.

Esperamos que este breve histórico e contextualização ajude a perceber que estamos num momento histórico, que temos que aproveitar para fortalecer e avançar nossas conquistas pelo projeto político, ações e organização do movimento de economia solidária no país.

Avante companheiras e companheiros!

3. Questões para debate

3.1. Orientação política do movimento

3.1.1. Texto de introdução

Após a realização da IV plenária, o movimento de economia solidária se fortalece e amplia sua organização em todo o Brasil, além de dar continuidade às articulações internacionais. Isto nos coloca o desafio de olharmos com mais cuidado para as orientações políticas que estabelecem o rumo de nossas diretrizes e ações prioritárias. Nesta dimensão o foco são as questões de fundo para o fortalecimento do horizonte político de transformação social e identidade do movimento de Economia Solidária.

A Coordenação Nacional, em sua X reunião, apontou alguns elementos a serem aprofundados no processo da V plenária que dizem respeito ao rumo político do movimento. São eles:

- a) Sustentabilidade;
- b) Autogestão e autonomia;
- c) Economia Popular;
- d) Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária;
- e) Território e Territorialidade;
- f) Diversidades (gênero, raça, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, rural/urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, saúde mental);
- g) Cidadania, organização da sociedade e relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado.

Nesta dimensão, temos uma questão central que orienta o debate político e que deveremos travar nesta V plenária: precisamos definir e detalhar temas que por vezes debatemos de maneira genérica, buscando compreender as contradições e divergências sobre aspectos centrais do nosso **projeto político**. Este debate, de natureza político-ideológica, servirá para que nos enxerguemos face a nós mesmos e às relações que estabelecemos com a sociedade em geral, a natureza, os outros movimentos sociais e o estado.

Já vivemos muitos momentos onde discutimos a temática do desenvolvimento, a exemplo das plenárias anteriores e da participação ativa nas duas conferências nacionais de economia solidária. Porém, o contexto brasileiro atual nos remete a discutir a lógica de crescimento e inclusão produtiva, por exemplo. Ou ainda a economia verde, a economia criativa, e outras propostas que provocam uma confusão de práticas, estratégias e conceitos que nem sempre contribuem para avançarmos nos processos de transformação social e econômica necessários à nossa realidade.

Para melhor debatermos esta dimensão, temos que aprofundar o debate sobre o horizonte político que defendemos para o movimento de economia solidária. Em termos gerais, muitos analistas dizem que estamos numa época de transição onde velhos modelos, tanto de direita quanto de esquerda, não nos servem e por isso muitas vezes não nos encaixamos nos já tradicionais discursos e práticas. Na contraposição ao capitalismo, o que efetivamente queremos? Vamos reafirmar antigas ideologias ou estamos querendo construir uma nova cultura política que aponte uma nova forma de viver em sociedade e fazer política comprometida com a vida e que contribua verdadeiramente para um mundo sustentável e relações mais saudáveis e humanas?

Apesar das dúvidas e incertezas, hoje colocadas para todos os movimentos sociais, temos algumas certezas que nos ajudam a refletir a nossa caminhada. O **desenvolvimento** que queremos é de dentro para fora, tanto das pessoas quanto dos territórios. Numa perspectiva emancipatória e de construção de nossa autonomia, principalmente em relação ao mercado e o modo de vida capitalista. É evidente que isto se dá num processo de contradição, pois enquanto construímos esta perspectiva temos que nos relacionar com as estruturas e processos econômicos que já existem, inclusive não temos ainda a nossa independência financeira. Precisamos por exemplo, questionar o crescimento econômico que estamos vivendo no Brasil, que é excludente, destrói a natureza e não reverte resultados para os trabalhadores e trabalhadoras que o sustentam.

Como exemplo de outras maneiras de se pensar o desenvolvimento, vale citar o *sumak kawsay*, expressão originária da língua kichua, idioma tradicional indígena dos Andes. "Sumak" significa plenitude e "Kawsay", viver, e a expressão é usada como referência ao modelo de desenvolvimento que busca se aplicar no Equador a longo prazo e que implica um conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, socioculturais e ambientais, que garantem a realização do bem viver. O bem viver, implica na melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas em vinculação direta com a natureza, uma busca de equilíbrio entre ser humano-natureza, de um bem comum e não apenas o crescimento econômico, fortalecendo a cultura e suas identidades.

Temos que buscar aprender com os povos indígenas, cujos sistemas econômicos têm permitido subsistir há gerações sem alterar o equilíbrio natural da mãe terra. Para eles, o *sumak kawsay* significa debater o futuro da nossa sociedade e dos seres humanos, colocando no centro dos processos os seres humanos, não os mercados nem a corrida produtivista do crescimento econômico. Para os indígenas, o *sumak kawsay* busca sair da visão produtivista para construir um processo de decrescimento da produção de coisas e entrar num processo de crescimento humano medido não em termos de coisas, mas em termos de vida, tanto humana como de todos os seres, ou seja, reconsiderando o que entendemos por **riqueza**.

Temos que começar a construir indicadores de riqueza, e por consequência de “excelência econômica”, que considerem outros critérios e princípios. Um exemplo é o FIB (Felicidade Interna Bruta), indicador criado a partir de princípios de respeito às possibilidades, relações e limitações, que também reconhece que somos parte integrante da natureza e portanto, precisamos pensar esta relação de outra maneira. Não necessariamente temos que pensar uma lógica de **DES**envolvimento, mas de **EN**volvimento! E mais do que nunca, começar a refletir sobre nosso posicionamento em torno da construção de propostas para o decrescimento, o que significa pensar numa estratégia de relação com o consumo responsável e solidário mais forte e organizada.

A **sustentabilidade** é o fundamento inicial para o desenvolvimento que queremos. Considerando a sustentabilidade em todas as suas dimensões: social, cultural, econômica, ambiental e política. Este conceito no entanto é atualmente utilizado por vários grupos e com diversas intenções. O que queremos quando falamos de sustentabilidade? O que isto efetivamente implica quando nos relacionamos com a natureza e com o mercado, por exemplo? O que isto significa quando nos relacionamos entre nós na ótica da cooperação e da solidariedade? Como podemos trabalhar a perspectiva do “bem viver” defendida por vários movimentos sociais? Como se relaciona com saúde, educação, cultura, justiça econômica, soberania alimentar, entre outros aspectos, numa perspectiva de emancipação e a partir dos valores de cooperação e solidariedade?

Adotar esta perspectiva, significa ainda refletirmos sobre a nossa relação com o mercado. Atualmente, muitos de nós temos trabalhado de maneira a construir estratégias de inclusão no mercado capitalista. No entanto, esta perspectiva é reducionista para o projeto político da economia solidária. Como podemos pensar em estratégias de articulação de redes e cadeias que fortaleçam a construção de um outro tipo de mercado? Ao mesmo tempo, e enquanto construímos esta

perspectiva, como nos relacionamos com o mercado sem abrir mão de princípios e valores do projeto político da economia solidária? Temos que recriar o espaço privilegiado das trocas e do encontro, que é originalmente o espaço do mercado, retomar as suas bases como espaço provedor da vida e não do lucro e da ganância.

Para discutir o nosso modelo de desenvolvimento é fundamental que consideremos as **Diversidades** existentes: gênero, raça, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, rural/urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, saúde mental. Isso é a afirmação da identidade e da transversalidade da economia solidária na sociedade e tem estado cada vez mais presente no cotidiano de nosso movimento, pois representam grupos que também estão trabalhando na perspectiva de um projeto político que se contrapõem ao modelo capitalista. Além disso, certas práticas, a exemplo dos povos e comunidades tradicionais e indígenas, estão na origem da economia solidária: entendidas como práticas de cooperação econômica, não monetárias muitas vezes, que demonstram fortemente sua capacidade de reciprocidade no enfrentamento das questões cotidianas.

No que se refere ao respeito às diversidades, destacamos ainda a luta das mulheres que cada vez mais vêm fortalecendo o movimento de Economia Solidária, como verificamos durante o processo de debate do PL 865, conduzido majoritariamente por mulheres. Como consideramos as especificidades das diversidades em nossas lutas? Que lugar elas ocupam em nossas estruturas? E como desmontamos as estruturas existentes que apresentam relações de poder verticais e opressoras?

O debate sobre a relação entre Economia Solidária e micro e pequeno empreendedor durante o processo de discussão do Projeto de Lei 865, fortaleceu nossa identidade e a nossa condição de sujeitos políticos, e é um exemplo claro da dificuldade que temos na relação com o mercado e com o projeto econômico hegemônico, pois não estamos apenas falando de autonomia econômica, porque não podemos buscá-la em detrimento de valores e princípios fundamentais do nosso projeto político.

Além disso, o debate do PL 865 também nos indica a necessidade de refletirmos sobre a **relação da economia solidária com a economia popular**. Existem várias iniciativas de trabalhadoras/es no Brasil que trabalham com a lógica da reprodução e da sobrevivência, como é o caso dos ambulantes, algumas categorias de artesãos, trabalhadores autônomos, grupos informais, iniciativas familiares, microempresa sem empregado e nem exploração. Eles não conhecem o projeto político da economia solidária e portanto, servem, na maioria dos casos ao projeto do capitalismo, realizando atividades econômicas que são consideradas como sem rentabilidade pelos capitalistas, mas fundamentais para que estes continuem elevando seus lucros.

Temos que entender que a economia popular não é apenas composta por pequenos capitalistas ou microempreendedores. É múltipla e diversa. Sobretudo são trabalhadoras/es. Temos que pensar em estratégias de envolver estes trabalhadores/as da economia popular para que se organizem em projetos coletivos de atividade econômica e ao mesmo tempo, fortaleçam o projeto político da economia solidária. Mas este é um desafio. Como fazer isto sem cair nas “facilidades” ofertadas pelos caminhos individuais, a exemplo da inscrição no MEI (Microempreendedor Individual) que oferece descontos e facilidades no pagamento de impostos, enquanto lutamos pelo fortalecimento do marco legal da economia solidária e pela institucionalização da Lei Geral da Economia Solidária, luta que estamos fazendo através da campanha de assinaturas que já está nas ruas? Como não criminalizar os trabalhadores, e ao mesmo tempo denunciar as artimanhas políticas e técnicas de um sistema que se aproveita da fragilidade e de um marco legal frágil do ponto de vista da democracia e do direito ao trabalho associado e anunciar as possibilidades da economia solidária, inclusive na construção do próprio país?

Assim, a nossa ótica de ENvolvimento onde economia solidária e economia popular se relacionam, considera **o território e as territorialidades** como espaço de identidade principal. Os territórios são espaços de identidade e também de disputa de poder e de projetos de sociedade e economia. É importante sabermos diferenciar o território que o governo desenhou, como os territórios da cidadania do MDA, os territórios da paz, entre outros, para que possamos indicar a nossa própria perspectiva de território a partir do processo de articulação das iniciativas econômico-solidárias existentes e da articulação com outros movimentos sociais que estabelecem identidades em cada canto do nosso país.

Identificar os territórios em que existem iniciativas de economia solidária é importante para ampliar e fortalecer sua articulação, fortalecer nossa identidade e disputar o nosso projeto político transformando os territórios e introduzindo uma cultura de cooperação e solidariedade, na relação com o estado, o mercado, a natureza e os outros movimentos sociais. É importante identificar nos territórios os atores e movimentos sociais parceiros e aqueles que discordam do nosso projeto político para aos poucos construirmos forças que ajudem o movimento de economia solidária a se consolidar, a partir das bases e possa também explicitar os aliados da exploração e da manutenção do status quo.

A efetivação do projeto político da economia solidária nos territórios não pode acontecer sem a **Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária**. A construção da autonomia passa pela construção do mercado regulado por outros princípios e valores, a partir da relação colaborativa entre sociedade e Estado para o qual novas políticas são necessárias. As políticas de Estado devem ser construídas e direcionadas à organização de redes e cadeias econômico-solidárias, ancoradas nos processos de articulação territorial, garantindo a soberania alimentar e a preservação do meio ambiente.

A emancipação política pode ser entendida quando os sujeitos atuam com liberdade, autonomia, com poder de decisão, influência e participação. A autonomia é um processo dinâmico, porque quando temos relações com o mercado capitalista há limitações em nossa liberdade de atuação, por gerar relações de dependência, subordinação, e promove a crescente desigualdade pela concentração da riqueza, do conhecimento e do poder.

No concreto, a participação econômica e política só podem se viabilizar a partir da construção de estratégias e políticas públicas que garantam a nossa soberania alimentar nas realidades urbanas e rurais e nas relações que estes campos estabelecem entre si. A soberania alimentar, conceito construído pelos movimentos sociais do campo, mais amplo que a segurança alimentar, e compreendido como o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e agroecológica, e o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, que envolve a necessidade de acesso (nos espaços urbanos e rurais) à terra e aos recursos naturais.

Um outro ponto importante para debatermos nesta V plenária está relacionado a aprofundarmos o que entendemos por **Cidadania, organização da sociedade e relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado**. Estes aspectos estão relacionados diretamente com a nossa capacidade de colocar em prática o nosso projeto político. O Estado brasileiro foi construído de forma a manter e reproduzir o capital, apoiando sempre os grupos que já tem poder e recursos financeiros. Temos tido dificuldade de fazer com que as estruturas do estado compreendam a lógica da economia solidária e partam desta lógica para pensar a estratégia de desenvolvimento para o nosso país. Mesmo os planos de combate à pobreza, como é o caso do Brasil sem Miséria, propõem ações na direção da inclusão produtiva, o que fortalece mais ainda o sistema capitalista.

Apenas teremos condições de disputar políticas e espaços no Estado se estivermos organizados, como mostrou o processo de debate do PL 865. Precisamos encontrar espaços de articulação entre

nós para desenvolver processos de incidência política junto ao Estado nos seus diferentes níveis (federal, estadual e local). Precisamos refletir sobre estratégias que possam significar pautas claras da economia solidária para os governos nas diferentes áreas para que possamos reivindicar o fortalecimento de nossos EES e por consequência, do movimento de economia solidária. Como podemos organizar a nossa ação pública, ou seja, como dar visibilidade às pautas da economia solidária para construir processos de cidadania para dentro do movimento e melhorar a nossa incidência para fora, ou seja, para a sociedade geral e para o Estado?

Nos processos de organização do movimento de economia solidária temos que refletir ainda na nossa relação com os outros movimentos sociais e redes, tanto em nível nacional quanto internacional. Nos últimos anos o FBES tem dedicado uma grande energia para fomentar esta articulação.

No Brasil, o FBES teve um papel importante, em conjunto com outros nove movimentos e redes, na construção dos **Diálogos e Convergências**, uma articulação entre várias redes e movimentos sociais: agroecologia, economia solidária, soberania alimentar, saúde e justiça ambiental, e feminista⁴. Resta o desafio de promover ambientes de diálogos e convergências entre os vários movimentos, lutas e bandeiras, nas cidades, territórios e regiões do país, a partir das experiências concretas de resistência, de denúncia ao atual modelo e de construção de alternativas concretas. O FBES também está participando ativamente na organização da Cúpula dos Povos, que vai acontecer paralelamente à Rio +20, em que os vários movimentos sociais vão questionar as falsas soluções da chamada “economia verde” e propor alternativas concretas que superem a centralidade do lucro e apontem efetivamente para outro modelo de desenvolvimento.

Este trabalho permitiu também participar enquanto atores ativos em articulações internacionais, como as edições do Fórum Social Mundial, a RIPESS (Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária) ou ainda o Espaço Mercosul Solidário.

O FBES é responsável hoje pelo Secretariado Técnico da RIPESS LatinoAmérica e Caribe (RIPESS-LAC), e tem o importante desafio de preparar o encontro da RIPESS-LAC no Brasil, com participação dos movimentos de economia solidária de toda a América Latina e Caribe, no Rio de Janeiro, nos dias que antecedem a Rio +20.

Tais articulações, para além de aumentar a nossa capacidade de incidência e fortalecer a nossa capacidade de trocas políticas e econômicas, apontam caminhos no processo de globalização solidária, promovendo e debatendo uma identidade internacional para o nosso movimento, em especial, na construção da pátria latinoamericana.

Precisamos debater as nossas prioridades em termos do envolvimento nacional e internacional a fim de que as articulações, diálogos e alianças com outros movimentos não sejam apenas uma tarefa da coordenação nacional, mas também que sejam internalizadas na ponta, pelos fóruns locais de Economia Solidária.

Este processo depende ainda do fortalecimento de nossa capacidade de fortalecer os processos de **autogestão e autonomia** que são princípios fundantes do nosso movimento. Precisamos entender e refletir sobre o significado da autogestão, e também perceber as contradições que temos no exercício da nossa organização enquanto FBES, na autogestão dos EES, movimento, redes e cadeias (na ampliação dos espaços de participação, consulta e decisão).

A autogestão parte do entendimento, da mudança de postura e da formação/vivência dos indivíduos na sua relação com os coletivos. Não podemos confundir a autogestão com desorganização. Autogestão também requer acordos, processos, dinâmicas para cada realidade, partindo de um entendimento comum entre os-as envolvidos-as membros. Como temos exercitado a autogestão no cotidiano de nossas estruturas organizativas, para inclusive buscar processos de

4 Para mais informações, consulte: www.dialogoseconvergencias.org

sustentabilidade para as atividades do movimento? Como temos realizado a renovação de pessoas/grupos em coordenação para que possamos ir ampliando a nossa capacidade de atuação e organização?

3.1.2. Questões para debate nas Plenárias Locais

Sugerimos que os empreendimentos que trarão sua experiência para o **momento 4** (ver Documento 1) orientem sua apresentação com as questões colocadas no texto acima, provocando o debate sobre os avanços e limites da sua experiência sua relação com o território e com o movimento.

3.1.3. Questões para debate na Plenária Estadual

A partir da introdução acima e das questões abaixo, sugerimos organizar o **momento 4** da Plenária Estadual (ver Documento 1) buscando elaborar coletivamente os princípios, diretrizes e estratégias para avançarmos no projeto político da economia solidária e pensando o que queremos dizer à sociedade, aos outros movimentos e a nos mesmos nas cartas que iremos preparar. Como propomos nas orientações metodológicas, a proposta é de organizar 7 grupos de trabalho que deverão debater as seguintes questões:

Grupo 1: Sustentabilidade

- a) Na contraposição ao capitalismo, o que efetivamente queremos?
- b) Vamos reafirmar antigas ideologias ou estamos querendo construir uma nova cultura política que aponte uma nova forma de viver em sociedade e fazer política comprometida com a vida e que contribua verdadeiramente para um mundo sustentável e relações mais saudáveis e humanas? Que elementos trazemos para definirmos esta nova cultura política?
- c) O que é para nós sustentabilidade? O que isto efetivamente implica quando nos relacionamos com a natureza e com o mercado, por exemplo? O que isto significa quando nos relacionamos entre nós na ótica da cooperação e da solidariedade?
- d) O que entendemos por “bem viver”, perspectiva defendida por vários movimentos sociais, que significa pensar em saúde, educação, cultura, emancipação econômica, soberania alimentar, entre outros aspectos, numa perspectiva de emancipação e a partir dos valores de cooperação e solidariedade?

Grupo 2: Autogestão e autonomia

- a) O que é autogestão em nosso dia a dia?
- b) Como temos exercitado a autogestão no cotidiano de nossas estruturas organizativas, para inclusive buscar processos de sustentabilidade para as atividades do movimento?
- c) Como temos realizado a renovação de pessoas/ grupos em coordenação para que possamos ir ampliando a nossa capacidade de atuação e organização?
- d) Que propostas temos para construirmos uma sociedade autogestionária?

Grupo 3: Economia Popular

- a) Qual o significado da economia popular para o movimento da economia solidária?
- b) Como nos relacionamos com a economia popular sem cair nas “facilidades” ofertadas pelos caminhos individuais, a exemplo da inscrição no MEI (Microempreendedor Individual)?

- c) Que segmentos da economia popular consideramos como mais próximos do movimento da economia solidária e que devemos buscar nos relacionar?
- d) Como não criminalizar os trabalhadores associados que não se inscrevem nos processos de economia popular e ao mesmo tempo denunciar as artimanhas políticas e técnicas de um sistema que se aproveita da fragilidade e de um marco legal frágil do ponto de vista da democracia e do direito ao trabalho associado e anunciar as possibilidades da economia solidária, inclusive na construção do próprio país?

Grupo 4: Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária

- a) O que entendemos por EES emancipados de um ponto de vista político e econômico?
- b) O que entendemos por mercado? O que é e como se dá a articulação dos nossos EES com o mercado? Como podemos pensar em estratégias de articulação de redes e cadeias que fortaleçam a construção de um outro tipo de mercado? Ao mesmo tempo, e enquanto construímos esta perspectiva, como nos relacionamos com o mercado sem abrir mão de princípios e valores que ferem o projeto político da economia solidária? Temos que recriar o espaço privilegiado das trocas e do encontro, que é originalmente o espaço do mercado, retomar as suas bases como espaço provedor da vida e não do lucro e da ganância.
- c) O que entendemos por crescimento econômico? E que aspectos e dimensões, além da econômica, consideramos como critério para crescer sem excluir, sem destruir a natureza e revertendo resultados para os trabalhadores e trabalhadoras?

Grupo 5: Território e Territorialidade

- a) O que consideramos como território para o movimento de economia solidária?
- b) O que fazer para fortalecer a nossa identidade e disputar o nosso projeto político transformando os territórios e introduzindo uma cultura de cooperação e solidariedade, na relação com o estado, o mercado, a natureza e os outros movimentos sociais?
- c) Que estratégias utilizar para identificar nos territórios os atores e movimentos sociais parceiros e aqueles que discordam do nosso projeto político para aos poucos construirmos forças que ajudem o movimento de economia solidária a se consolidar, a partir das bases e possa também explicitar os aliados da exploração e da manutenção do status quo?

Grupo 6: Diversidades

Lembrete: quando falamos de diversidades, nos referimos a gênero, raça, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, rural/urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, e saúde mental.

- a) Como consideramos as especificidades das diversidades em nossas lutas?
- b) Que lugar as diversidades ocupam em nossas estruturas?
- c) Como desmontamos as estruturas existentes que apresentam relações de poder verticais e opressoras para integrar as especificidades e a diversidade dos que estão no movimento de economia solidária?

Grupo 7: Cidadania, organização da sociedade e relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado

- a) Quais as prioridades para a ação pública do movimento de economia solidaria, ou seja, como dar visibilidade às pautas da economia solidária para construir processos de cidadania para dentro do movimento e melhorar a nossa incidência para fora, ou seja, para a sociedade geral e para o Estado?
- b) O que definimos como critério para a nossa relação com o Estado?
- c) O que consideramos como prioritário na articulação com os outros movimentos em nível nacional e internacional?
- d) Que prioridades definimos para a nossa atuação em espaços internacionais que já participamos a exemplo da RIPESS e do Espaço Mercosul Solidário?

3.2. Orientação das ações do movimento

3.2.1. Texto de introdução

Além do debate de fundo, que aprofunda o recorte e horizonte político do movimento, é preciso discutir questões, problemas, pautas e reivindicações concretas para dar respostas às necessidades dos que fazem a Economia Solidária na base.

E ainda, é preciso amadurecermos o “dentro” e o “fora” da política pública e a pertinência desta separação, ou seja, o que são atividades do movimento e o que são incidências nossas para a construção de políticas públicas (bandeiras internas e externas).

Este debate se organiza em 5 eixos:

- a) Marco Legal;
- b) Educação e Cultura;
- c) Estratégias Econômicas (produção, comercialização, consumo e finanças solidárias);
- d) Integração territorial e luta pela continuidade de políticas públicas;
- e) Comunicação e visibilidade.

Nesta plenária não estaremos trabalhando de forma mais aprofundada as bandeiras já debatidas na IV plenária. Mas cremos que é importante que possamos olhar para o que definimos em 2008 de maneira a levantar alguns elementos de balanço que serão aprofundados principalmente nas plenárias temáticas.

Além disso, a coordenação nacional definiu novos eixos que ainda não incluímos como ações prioritárias no grande debate realizado em 2008, que são: “Comunicação e visibilidade” e “Integração territorial e luta pela continuidade das políticas públicas”.

Sobre **a comunicação e a visibilidade** NO (para dentro) e DO (para fora) movimento de economia solidária, trazemos alguns pontos importantes para alimentar o nosso debate. Este é um grande desafio para o movimento de economia solidária, considerando a nossa diversidade, estrutura e presença em diversas partes do país. Temos enfrentado problemas no que se refere à comunicação interna no movimento de economia solidária. Tais questões vão desde a comunicação das bases com as estruturas de coordenação e liderança até à dificuldade de compreender-nos nas pautas comuns. No enfrentamento do debate do PL 865 ficou evidente que não conseguimos fazer com que as nossas pautas sejam visíveis tanto de um ponto de vista da sociedade em geral, quanto do governo.

Assim, precisamos nos aliar com os movimentos que trabalham a perspectiva da comunicação, trazendo ferramentas da comunicação popular (rádios e tvs comunitárias, jornais comunitários, entre outros) para que possamos nos enraizar em cada território e democratizar as informações de maneira interna e externa. Além disso, temos que aproveitar das ferramentas e instrumentos já existentes, a exemplo dos movimentos que trabalham com ferramentas virtuais, para melhorar a nossa comunicação e visibilidade. Finalmente, temos que trabalhar de forma mais evidente os instrumentos já criados, a exemplo do nosso site (www.fbes.org.br) e do Cirandas (www.cirandas.net), para que possam ser democratizados e mais utilizados por nossas bases.

O Encontro de Diálogos e Convergências e a prática do movimento de economia solidária no Brasil nos fizeram refletir sobre a necessidade de trabalharmos melhor a perspectiva territorial em nossas ações, ao mesmo tempo que olhamos para o conjunto das políticas públicas presentes em cada território. A estratégia da **Integração territorial e luta pela continuidade de políticas públicas** foi definida como prioritária pela coordenação nacional. É no território que encontramos a nossa identidade e também nos encontramos com práticas e lutas de outros movimentos sociais na disputa pelo nosso projeto político frente aos outros projetos políticos existentes. É também no território que definimos o nosso “jeito de fazer política e economia” que tem diferenças de um lugar para o outro neste país tão grande como o Brasil. Também identificamos que em cada um dos nossos estados ou regiões, existem locais onde a dinâmica da economia solidária é mais organizada e portanto mais articulada e visível. Como fazer a articulação permanente com os outros movimentos sociais na construção de processos territoriais de ENvolvimento sustentável e solidário? Como construímos territorialidades a partir da interação com outros atores?

É também no território que têm sido executadas as políticas públicas mais diversas. Porém, podemos identificar que as mesmas são descontínuas e fragmentadas, dificultando o nosso cotidiano além de nem sempre atenderem às necessidades dos nossos EES. Como podemos realizar articulações que garantam a continuidade de tais políticas? Como nos inserimos e pautamos as políticas e programas públicos de modo que fortaleça o movimento da economia solidária nos territórios? O que podemos fazer enquanto movimento de economia solidária para pautar a integração territorial das políticas públicas?

3.2.2. Questões para debate nas Plenárias Locais e Temáticas

Sugerimos que os empreendimentos que trarão sua experiência para o **momento 4** (ver Documento 1) orientem sua apresentação com as questões colocadas no texto acima, provocando o debate sobre os avanços e limites da sua experiência em torno dos eixos educação e cultura, marco legal, estratégias econômicas, comunicação e visibilidade.

No caso das Plenárias Temáticas, elas devem aprofundar, por eixo, as questões colocadas em torno das Orientações de Ação do Movimento.

Seguem abaixo algumas questões para debate nas Plenárias Locais e Temáticas:

Educação e Cultura, Marco Legal e Estratégias Econômicas:

- Em que avançamos desde a IV plenária em relação às ações prioritárias definidas pelo movimento?
- Que dificuldades tivemos?
- Em que podemos melhorar nossa estratégia de atuação?
- Há elementos que podemos trazer para acrescentar às bandeiras já definidas?

Comunicação e visibilidade:

- Que elementos podemos indicar para uma política de comunicação e visibilidade, onde possamos definir o que é para nós comunicação, que diretrizes e princípios orientam a nossa prática neste campo e que estratégias prioritárias temos para o mesmo?

Integração territorial e luta pela continuidade das políticas públicas:

- Como fazer a articulação permanente com os outros movimentos sociais na construção de processos territoriais de ENvolvimento sustentável e solidário? Como construímos territorialidades a partir da interação com outros atores?
- Como podemos realizar articulações que garantam a continuidade das políticas públicas que fortaleçam os territórios? Como nos inserimos e pautamos as políticas e programas públicos de modo que fortaleça o movimento da economia solidária nos territórios? O que podemos fazer enquanto movimento de economia solidária para pautar a integração territorial das políticas públicas?

3.2.3. Questões para debate na Plenária Estadual

Para o **momento 3** (ver Documento 1), identificar como as ações prioritárias oriundas das Plenárias Locais se relacionam com os eixos apresentados acima.

Se for possível, pode ser interessante introduzir um momento de balanço entre os **momentos 3 e 4** (ver Documento 1), considerando as questões colocadas acima e as ações prioritárias indicadas pelas Plenárias Locais.

3.3. Organicidade do Movimento

3.3.1. Texto de introdução

A nossa terceira dimensão volta-se para a atual organização e estrutura, bem como a relação desta estrutura com parceiros, redes e movimentos sociais. A Comissão Organizadora, a partir das orientações da Coordenação Nacional do FBES, teve o cuidado de pensar nos pontos de debate e construção desta dimensão no sentido de não refazer toda a IV Plenária, sem deixar de lado as angústias e problemas de nossa estrutura e modo de funcionamento.

A necessidade de retomarmos estes pontos relaciona-se com a nossa caminhada a partir dos resultados da IV Plenária Nacional e o que isto vem contribuindo ou não para a consolidação do movimento de economia solidária em suas estruturas nos diferentes níveis. Alguns pontos foram indicados como centrais ou prioritários e neste sentido, trazemos 6 temas para debate:

- 1) Fortalecimento dos Fóruns Estaduais;
- 2) Sustentabilidade e autonomia do movimento;
- 3) Estrutura;
- 4) Estratégias organizacionais;
- 5) Forma de fazer política e economia: coerência entre a prática e a teoria, os princípios e valores da economia solidária;
- 6) Articulação com os demais movimentos sociais, tanto nacionais quanto internacionais.

O sentido do debate desta dimensão na V Plenária é podermos aprofundar a reflexão sobre como poderemos ter maior interação entre as bases e as estruturas de organização que temos hoje, refletindo inclusive a diversidade dos atores da economia solidária e fortalecendo o movimento de economia solidária enquanto um ator político. Além disso, a discussão da organicidade, nos remete a refletir sobre os processos autogestionários de fortalecimento dos fóruns locais, estaduais e nacional, garantindo a sustentabilidade dessas instâncias. E finalmente, aprofundar diretrizes orientadoras que

possam definir nosso modo de fazer política e economia, refletindo os princípios e valores da economia solidária tanto nos nossos discursos, quanto nas nossas práticas. Estas questões, vão ainda nos ajudar a melhor definir critérios, princípios e diretrizes orientadoras para a nossa relação com outras redes e outros movimentos sociais, tanto nacionais quanto internacionais.

3.3.2. Questões para debate nas Plenárias Locais

Sugerimos que os empreendimentos que trarão sua experiência para o **momento 4** (ver Documento 1) tragam em sua apresentação a sua participação no movimento de economia solidária (Fórum, Redes e outros espaços de articulação), destacando as forças e fragilidades da nossa organização.

É fundamental aproveitar o **momento 5** para uma ampla compreensão e entendimento pelo movimento de economia solidária local sobre a estrutura do FBES⁵, com o resgate da IV Plenária, o que ajudará no **momento 6** a debater propostas de ações prioritárias no nível local com relação à organização e estrutura, bem como levantar propostas à nível nacional sobre a organicidade.

3.3.3. Questões para debate na Plenária Estadual

As questões a serem debatidas no **momento 6** (ver Documento 1) da Plenária Estadual são apresentadas abaixo.

Para discutir a organicidade do movimento de economia solidária é importante lembrar alguns aspectos principais definidos na IV Plenária que já foram indicados pela Coordenação Nacional do FBES como pontos que precisamos revisitar.

Natureza e definição do FBES

De acordo com a IV Plenária, o FBES se define como “um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos”. E tem como finalidades:

- a) Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o dialogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais.
- b) Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases.

A partir deste quadro, a Plenária Estadual pode refletir:

- a) Mantemos ou alteramos a definição de identidade e finalidade do FBES? Se alteramos, quais as alterações necessárias?

Estrutura e organização do FBES

Segmentos do FBES: o FBES é composto pelos seguintes segmentos: empreendimentos de economia solidária, entidades de apoio e fomento e rede de gestores

Estruturas de coordenação:

Coordenação Nacional é quem define sobre aspectos políticos, operacionais e administrativos do FBES e é composta por 3 representantes dos fóruns estaduais (2 EES e 1 entidade de apoio

5 Uma apresentação que pode ajudar neste momento está disponível em: http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1241&Itemid=216

estadual, totalizando 54 EES e 27 Entidades de apoio); 2 integrantes da rede de gestores por região e mais 2 em nível nacional (total da rede de gestores 12); representantes das Entidades Nacionais da Coordenação Nacional do FBES.

Coordenação Executiva é quem faz a gestão política cotidiana do FBES, com apoio da Secretaria Executiva e é composta por 13 titulares: 5 representantes de entidades nacionais, 1 da rede de gestores públicos e 7 empreendimentos (2 Norte, 2 Nordeste, 1 Centro-Oeste, 1 Sudeste e 1 Sul).

Para ser Entidade Nacional da Coordenação Nacional do FBES é necessário ter participação plena em, pelo menos, 7 fóruns estaduais (hoje há 5 Entidades Nacionais na Coordenação Nacional).

A partir deste quadro, tendo em vista a busca por melhorar o funcionamento destas instâncias e o fluxo dos estados para o nacional, de modo que possamos ter um diálogo territorial e por regionais, a Plenária Estadual pode refletir:

- a) Mantemos ou alteramos estas definições sobre os atuais segmentos do FBES e a composição da coordenação nacional e executiva, bem como a forma destas indicações dos diferentes segmentos?
- b) Como pensar formas de diálogo e comunicação fluente entre as diferentes instâncias?

Relação com movimentos sociais

Nas deliberações da IV Plenária, encontramos diretrizes relacionadas à relação com outras redes e movimentos sociais. Um primeiro aspecto é que eles são parceiros para a concretização das bandeiras e ações prioritárias. Movimentos sociais não participam como um segmento dos Fóruns locais e nacional, estando presentes nos segmentos pelos empreendimentos de economia solidária em atividades econômicas diversas e também pelas entidades de apoio. São aliados na construção de lutas comuns, a partir das pautas específicas de cada um. Além disso, definimos que cada Fórum (desde o local ao nacional) deve definir sua agenda e dialogar com outros movimentos sociais, em prol da transformação social e mudança na perspectiva de desenvolvimento do país.

A partir deste quadro, e considerando a importância de nos relacionarmos com os demais movimentos nacionais e internacionais de modo que possamos nos fortalecer também enquanto um movimento social da economia solidária, a Plenária Estadual pode refletir:

- a) Quais são os movimentos sociais que a economia solidária se identifica e como estabelecemos relações para nos fortalecer mutuamente?

Para isso, vale resgatar os movimentos sociais citados no relatório da IV Plenária Nacional, e avaliar como andam as relações com cada um deles e se faltam outros que devem ser incorporados à lista.